



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 26/02/19

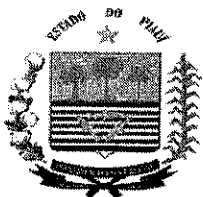
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao deputado Henrique

Rios
para relatar.

Em 23/05/19

Wilton Brandão
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

DA MENSAGEM Nº 17/GG, DE 12 DE ABRIL
DE 2019, que:

VETA TOTALMENTE O PROJETO DE LEI QUE
DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE PREÇOS
DOS COMBUSTÍVEIS NA REDE MUNDIAL DE
COMPUTADORES E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: **DEP. HENRIQUE PIRES**

I - RELATÓRIO

Trata-se de mensagem encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo que vetou totalmente o Projeto de lei de autoria da Dep. Estadual Flora Isabel o Tribunal de Contas do Estado que reconhece a carreira de auditor de controle externo como típica de estado. Em breve síntese, verificou-se na justificativa do Chefe do Poder Executivo que a recusa sobre essa proposição se deu, entre outros argumentos, em razão do encargo de efetivar essa política, que implica no dever de coletar os preços de combustíveis praticados em todo o Estado do Piauí, e divulgá-los na internet.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Assinatura manuscrita do relator, Dep. Henrique Pires, em tinta preta.

Dessa forma, apresento, nos termos dos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno, parecer onde examinamos a constitucionalidade do veto total do Chefe do Poder Executivo sobre o Projeto de Lei acima identificado.

Inicialmente devo ressaltar que a Constituição Estadual prevê ser de competência do chefe do Executivo a possibilidade de **vetar**, total ou parcial, os projetos que considerar inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Assim, tendo sido exercido o direito constitucional de veto, é sabido também que do outro lado temos o dever apreciá-lo conforme determina os arts. 129 e 195 do Regimento Interno.

Nesse caso, tendo sopesado todos esses elementos jurídicos, bem como todas as justificativas apresentadas pelo Exmo. Governador para o veto deste Projeto de Lei, e não havendo a meu ver qualquer outro argumento jurídico razoável para que não o possa vetá-lo, manifesto-me favoravelmente pela manutenção do VETO TOTAL.

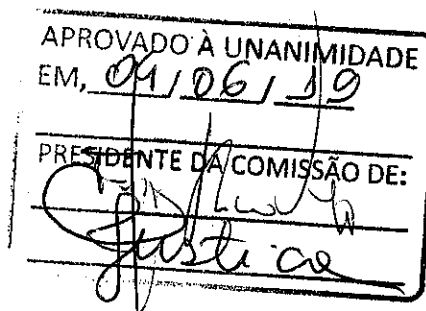
Este é o meu parecer

III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pela manutenção do veto ☒

Pela rejeição ()



SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 289 de Maio de
2018.

Deputado **HENRIQUE PIRES**
Relator